

DOI: 10.46943/IV.CONBRALE.2022.01.054

PERSPECTIVAS DA BNCC SOBRE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO PARA A PRÁTICA DE PROFESSORES ALFABETIZADORES NAS SÉRIES INICIAIS¹

ALDENIZE MELO DA SILVA²

BENEDITO DE JESUS PINHEIRO FERREIRA³

RESUMO

O presente trabalho discute sobre a alfabetização e o letramento que está dentro do componente curricular língua portuguesa na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nas séries iniciais, sobretudo nos 1º e 2º anos do ensino fundamental. Essa pesquisa visa abordar sobre como se dá o processo de alfabetização e letramento existente na Base e as perspectivas desse processo para a prática de professores alfabetizadores. Tendo como objetivo principal verificar como a alfabetização e o letramento aparecem dentro do documento da BNCC. Este artigo é resultado de uma pesquisa de cunho curricular, e para o desdobramento do referido artigo, dadas as temáticas para a investigação, usou-se a pesquisa bibliográfica, buscando dialogar com nomeados autores como Soares (1999; 2003; 2020), Mortatti (2006), Fiorin (2011), Freire (1990; 1996), entre outros autores visando abordar sobre o contexto da alfabetização e letramento e fundamentar a pesquisa. Assim, também foi utilizada a técnica de análise documental, ao qual se utilizou a BNCC como

- 1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA);
- 2 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará- UFPA, aldenizepedag@gmail.com;
- 3 Doutor em Engenharia de Sistemas e Computação - COPPE/UFRJ. Professor Titular, atua no Programa de Pós-Graduação em Educação e na Faculdade de Computação da Universidade Federal do Pará - UFPA, ferreiraufpa@br.

fonte para extrair os dados almeçados e desenvolver a pesquisa. Com base nos estudos realizados conclui-se que, a BNCC relaciona a alfabetização com o sistema de “codificar e decodificar” os fonemas e grafemas, na aquisição da leitura e da escrita contribuindo para que o aluno tenha o domínio da “mecânica” da língua oral e escrita. O letramento por sua vez na BNCC está relacionado ao contato da criança com as variadas práticas de leituras nos diversos contextos sociais e que na escola, primordialmente nas séries iniciais (1º e 2º anos), essas práticas serão consolidadas e ampliadas.

Palavras-chave: Alfabetização, Letramento, BNCC, Prática de professores.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho discute sobre a alfabetização e o letramento que está dentro do componente curricular língua portuguesa na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nas séries iniciais, sobretudo nos 1º e 2º anos do ensino fundamental. Essa pesquisa visa abordar sobre como se dá o processo de alfabetização e letramento existente na Base e as perspectivas desse processo para a prática de professores alfabetizadores. Tendo como objetivo principal verificar como a alfabetização e o letramento aparecem dentro do documento da BNCC.

Este artigo é resultado de uma pesquisa de cunho curricular, e para o desdobramento do referido artigo, dadas as temáticas para a investigação, usou-se a pesquisa bibliográfica, buscando dialogar com nomeados autores como Soares (1999; 2003; 2020), Mortatti (2006), Fiorin (2011), Freire (1990; 1996), entre outros autores visando abordar sobre o contexto da alfabetização e letramento e fundamentar a pesquisa. Assim, também foi utilizada a técnica de análise documental, ao qual se utilizou a BNCC como fonte para extrair os dados almejados e desenvolver a pesquisa. Sendo que, o documento da BNCC usado nesta investigação trata-se da terceira versão.

A formulação da BNCC é resultado de longos embates, a partir da década de 1990, a cerca da existência de um Currículo Nacional para a educação brasileira (HYPÓLITO, 2019), e nortear o currículo escolar. Toda essa discussão em torno da Base curricular desembocou na sua criação, sendo aprovada pelo Conselho Nacional de Educação e promulgada em períodos do ano de 2017, na gestão do presidente Michel Temer.

A BNCC é um documento normativo que define um conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da educação básica, de modo que sejam asseguradas essas aprendizagens e desenvolvimento conforme aponta o Plano Nacional de Educação (PNE). É um documento que está embasado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), e “está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica” (BRASIL, 2017).

No ensino fundamental nas séries iniciais de acordo com a BNCC a alfabetização é dividida em eixos que contemplam a oralidade, análise linguística/semiótica, leitura/escuta e produção de textos. Serão aprofundas,

nessa etapa do ensino, as experiências com a língua oral e escrita adquiridas previamente no contexto familiar e na educação infantil.

Nesse aspecto, as variadas práticas letradas em que o aluno já se introduziu no âmbito da sua vida social mais ampla, assim como na educação infantil, tais como cantar cantigas e recitar parlendas e quadrinhas, dentre outras, serão gradualmente desenvolvidas e complexificadas, seguindo rumo a gêneros auxiliares com textos de maior complexidade (BRASIL, 2017).

De acordo com Soares (1999) alfabetizar e letrar são dois processos diferentes, no entanto inseparáveis, nesse aspecto o ideal seria alfabetizar letrando, isto é: ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o aluno se tornasse, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado.

Aindissociabilidade existente entre letramento e alfabetização coloca-as como essenciais para que o aluno não só aprenda a ler e escrever, mas, saiba apropriar-se do que está escrito e do que está lendo. Compreender as linguagens e interpretar os textos é importante nesse processo (SILVA, 2018).

ALFABETIZAÇÃO

Historicamente em nosso país, o Brasil, a alfabetização aparece relacionada na história dos métodos de alfabetização, pelo que, principalmente desde o final do século XIX, desencadeou tensas disputas relacionadas com “antigas” e “novas” explicações para um mesmo e grave problema: a dificuldade das crianças na apropriação da leitura e da escrita, inclusive nas escolas públicas. [...] A partir da proclamação da república, começou um processo sistêmico de escolarização das práticas de leitura e escrita (MORTATTI, 2006). Pode-se dizer que, mesmo com as discussões, as mudanças que ocorreram nas teorias e metodologias de alfabetização do século XIX para o século XXI, a problemática na aprendizagem da leitura e escrita ainda perdura na educação brasileira.

Nas práticas de alfabetização nos dias atuais são utilizados métodos de alfabetização, os considerados métodos “tradicionais”, que desde o final do século XIX eram praticados em sala de aula para inserir o aluno na cultura letrada, exigido pelos padrões republicanos, dentre os quais se destacam: método fônico, método global, palavração, silábico, dentre outros, os chamados métodos sintéticos e analíticos. Dessa maneira, são utilizadas metodologias voltando-se primordialmente para o sistema fônico que corresponde em decifrar o código da escrita através da leitura

e da escrita, ou seja, transformar a língua oral em escrita, saber escrever, e transformar a língua escrita na linguagem oral, saber ler o que se escreve.

De acordo com Soares (1999) a alfabetização é “ser capaz de fazer uso da leitura e da escrita”. Nesse aspecto, a alfabetização envolve as habilidades de leitura, bem como ter a capacidade de utilizar com propriedade o código da escrita. Dessa forma, a língua oral não é uma mera tradução da língua escrita e vice-versa, mas um procedimento que além do domínio da leitura e da escrita engloba os elementos de expressão e compreensão, bem como as funções e fins sociais da aprendizagem de ambas as linguagens.

A alfabetização, processo de aquisição da língua escrita e oral, abrange muitas facetas no que diz respeito ao processo de como acontece a sua concretização. Dessa forma, é preciso compreender, conforme Soares (2020) que o processo de aprendizagem da língua oral e escrita é um processo constante. No entanto, é preciso destacar que existem pontos diferenciados, no tocante a um processo de aquisição da língua (oral e escrita) de um processo de desenvolvimento da língua (oral e escrita); este último aspecto é que, nunca é interrompido.

De acordo com Fiorin (2011), no texto do livro *Introdução ao pensamento de Bakhtin* descreve que, a língua, em sua totalidade concreta, em seu uso real obtém como característica o dialogismo. Isso quer dizer que, a linguagem, seja escrita ou falada, possui influências e atributos resultantes das interações sociais. E que, dessa forma o discurso do indivíduo se estabelece através da apropriação do discurso de outrem durante o processo de interação oral.

A alfabetização e a educação são expressões culturais, portanto a linguagem faz parte da cultura. E, por causa da alfabetização estar intrinsecamente ligada com a cultura dos seres humanos, não se pode desenvolver um trabalho de alfabetização fora do mundo da cultura. No entanto na prática pedagógica torna-se essencial que os professores reconheçam a natureza cultural de suas atividades escolares, e, além disso, desafiem os alunos a fazer o mesmo reconhecimento (FREIRE, 1990).

No processo de ensino e aprendizagem fatores importantes devem ser considerados pelos professores nas metodologias para alfabetizar os alunos. Considerar o contexto em que o educando está inserido é fundamental. Nem todos os alunos aprendem da mesma forma e os resultados no desenvolvimento de aprendizagem estão diretamente ligados ao ambiente onde vivem. Por isso, deve-se considerar que o processo de alfabetização não acontece da mesma maneira nas regiões brasileiras, assim como também não ocorre do mesmo modo, para alunos da classe

trabalhadora com baixas condições econômicas como acontece para alunos de classes com altas condições econômicas.

Outro exemplo disso é, de acordo com Soares (2020), alunos das classes mais favorecidas que mantém contato com pessoas cujo dialeto falado é mais próximo da língua escrita, “norma padrão culta”, têm contatos frequentemente com livros ou até mesmo obtém o contato com literaturas infantis com a intervenção de um adulto inclusive, através da contação de histórias. Diferentemente de pessoas das classes subalternas, que normalmente o contato é com pessoas que se expressam com a linguagem coloquial, e, portanto, distante da língua escrita e que é raro ou não tem contato nenhum com livros. A natureza do processo de aquisição da alfabetização para ambos é diferenciada visto que, os educandos das classes populares que tem pouco ou nenhum contato com o material escrito terão mais dificuldades nesse processo. Por isso, a perspectiva sociolinguística no contexto escolar deve ser ponderada.

É preciso destacar que os problemas de aprendizagem de leitura e escrita, exclusivamente na alfabetização das classes menos favorecidas, tem como condicionantes não somente a falta de oportunidades de interações com a linguagem escrita nos períodos que antecedem ao processo de participação escolar, mas existem outras problemáticas que contribuem para tal situação. Esses problemas também estão relacionados ao que foi descrito sobre a escola como sendo uma instituição dualista e divisora (cf. Baudelot e Establet).

A alfabetização dentre seus vários aspectos vem de modo a tornar os professores capazes de enfrentar o grave e frequente fracasso escolar na aprendizagem inicial da língua escrita nas escolas brasileiras (SOARES, 2003). Dessa forma, os métodos de alfabetização carecem ser desenvolvidos de modo que, venha proporcionar a aprendizagem da língua escrita nos educandos desde as séries iniciais, assim como a aquisição cognitiva através da inserção no mundo da escrita, diferentemente dos métodos “tradicionais” descritos no início do primeiro tópico deste trabalho. Grosso modo, é imprescindível a reformulação da formação de professores das séries iniciais para que os professores alfabetizadores se tornem aptos a enfrentar o fracasso da aprendizagem da língua escrita nessa etapa nas escolas do Brasil.

LETRAMENTO

A palavra letramento é uma expressão relativamente nova, e é em meados dos anos de 1980 que acontece a invenção do letramento no

Brasil. Essa expressão surgiu para nomear os acontecimentos diferenciados daquele chamado de alfabetização.

O letramento, termo que surgiu nas ciências linguísticas para designar o processo que visa ir além do aprender as práticas de leitura e escrita, visto que, o aluno não basta ser somente alfabetizado, mas letrado, constitui assim um procedimento de apropriação do uso da leitura e escrita nos diversos contextos sociais em que a leitura e escrita estão envolvidos. Desse modo, o letramento é compreendido como o desenvolvimento das habilidades que envolvem o uso conveniente do sistema de leitura e escrita nas práticas sociais (SOARES, 2020).

Contudo, ao explicitar o conceito de letramento é preciso destacar que, apesar de ter sua especificidade tanto no aspecto teórico, quanto no aspecto prático, o letramento mantém sua interdependência da alfabetização sendo, portanto, inseparáveis, mas em certos momentos aparecem como sendo processos independentes conforme aponta Soares (2020, p. 40),

Entretanto, o que lamentavelmente parece está ocorrendo atualmente é que a percepção que se começa a ter de que, se as crianças estão sendo, de certa forma, letradas na escola, não estão sendo alfabetizadas, parece estar conduzindo à solução de um retorno à alfabetização como processo autônomo, independente do letramento e anterior a ele.

Portanto, na educação escolar é imprescindível contribuir para o desenvolvimento dos indivíduos, e formar sujeitos letrados e alfabetizados ao mesmo tempo. Desse modo, no processo de apropriação da língua escrita, o letramento não pode ser precedido pela alfabetização e vice-versa, mas serem trabalhados como processos interdependentes e indissociáveis.

O letramento possui procedimentos diferenciados da alfabetização que envolve conhecimentos, habilidades e competências e desta forma, métodos diferentes de ensino. E dessa maneira, o letramento, o qual abrange muitas facetas, caracteriza a imersão das crianças na cultura escrita, participação em experiências diversas com a leitura e a escrita, conhecimento e interação com diferentes tipos e gêneros textuais escritos (SOARES, 2020).

Contudo, ao reconhecer que letramento e alfabetização possuem especificidades diferenciadas, não significa ser contraditório, o que é

preciso deixar claro é que, são processos distintos, porém, devem vir de forma conciliada no processo de ensino e aprendizagem.

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA PRÁTICA EDUCATIVA

Na prática educativa um fator essencial carece ser considerado, que diz respeito aquilo que o aluno já sabe. Portanto, os saberes prévios das diferentes práticas sociais adquiridos pelos alunos não podem ser desvalorizados no ambiente de ensino e aprendizagem. Assim como os conhecimentos que o educando já adquiriu na vida cotidiana de aspectos culturais, sociais, dentre outros saberes. Isso engloba também o respeito aos indivíduos e o contexto no qual está inserido conforme defende Freire (1996).

A educação é um ato político que envolve aspectos ideológicos e deve ser emancipatória, de maneira que venha proporcionar, através dos sujeitos envolvidos a intervenção social. Segundo Freire (1990) de modo algum nas relações existentes político-pedagógicas com os grupos populares pode desconsiderar o saber que possuem. Seus conhecimentos a cerca do mundo que fazem parte e a compreensão de mundo de sua própria presença no mundo. Isso diz respeito à “leitura do mundo” que sempre antecede a “leitura da palavra”.

Na prática educativa sobre o ensino da linguística usa-se como primordial os aspectos da língua oral culta e da língua escrita. Esses conteúdos linguísticos estão bem distantes das linguagens e dialetos advindos das classes populares. Os palavreados das classes menos favorecidas são rejeitados nas escolas, isso demonstra a existência de preconceitos linguísticos e culturais, visto que a linguagem faz parte da cultura de um determinado povo ou grupo social, esses fatores têm desencadeado no fracasso escolar e, sobretudo na alfabetização.

Por isso, é essencial que no ensino escolar os fatores linguísticos sejam valorizados, bem como respeitar as culturas em que os sujeitos estão situados. Além de considerar esses elementos, na prática educativa e consequentemente no processo de alfabetização da língua escrita, o desenvolvimento do letramento junto com a alfabetização é fator indispensável nas práticas de ensino como sendo o ideal, em alfabetizar letrando. Dessa forma, de acordo com Soares (2020, p. 45),

Não são processos independentes, mas interdependentes e indissociáveis: a alfabetização desenvolve-se *no contexto de e por meio de* práticas sociais de leitura e de

escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este, por sua vez, só se pode desenvolver *no contexto da e por meio da* aprendizagem das relações fonema-grafema, isto é, em dependência da alfabetização.

No Brasil os conceitos de letramento e alfabetização se misturam, e frequentemente o letramento é associado à alfabetização seja nos aspectos teóricos ou práticos, no entanto, esses procedimentos são diferentes, mas, inseparáveis e dissociá-los é um equívoco, portanto no processo de aprendizagem devem vir simultaneamente.

Para tanto, nos processos de ensino e aprendizagem as metodologias devem ser articuladas com esta proposta, e para que isso ocorra de maneira satisfatória, é necessário que os métodos e materiais didáticos envolvam as crianças nas diversas práticas da alfabetização e do letramento, aspectos como escrever uma carta para alguém e/ou produzir outros tipos de textos, a formulação de cartazes sobre alguma temática desenvolvida em sala de aula, são alguns exemplos de inseri-las nas práticas sociais da leitura e da escrita. É importante nessa situação que as crianças entendam as finalidades que essas atividades possuem, assim como saibam usar nas interações sociais nas diversas situações do cotidiano.

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA BNCC: APONTAMENTOS E PERSPECTIVAS

De acordo com a BNCC, para as séries iniciais nos dois primeiros anos especificamente na língua portuguesa são designadas as práticas de linguagem, os objetos de conhecimentos e habilidades. E propõe aprofundar os aspectos de desenvolvimento da língua oral e escrita já iniciadas na família e na educação infantil.

A BNCC tem como objetivo, através de competências formuladas, contribuir para o desenvolvimento da aprendizagem ao longo da educação básica, até mesmo nas séries iniciais. As competências definidas na BNCC são compreendidas como um conjunto de habilidades, conhecimentos, atitudes e valores essencialmente a serem desenvolvidos e apreendidos no espaço escolar para serem exercitadas na sociedade de modo que favoreça o pleno exercício da cidadania.

No Ensino Fundamental, nos anos iniciais, a BNCC visa demonstrar com a proposta para os componentes curriculares, a valorização de temáticas sobre diversas práticas, considerando inclusive aquelas concernentes às culturas infantis tradicionais e às culturas infantis relacionadas à

contemporaneidade. Nesse conjunto de práticas, nos dois primeiros anos das séries iniciais, os procedimentos de alfabetização devem ser valorizados, com sendo o essencial na prática pedagógica. Aliás, a aprendizagem da leitura e da escrita proporciona aos alunos algo novo e incrivelmente transformador, pois, desenvolve suas possibilidades de construir e adquirir conhecimentos nos diversos componentes, através da inserção dos estudantes na cultura letrada, além de, participar autonomamente e diligentemente na vida social (BRASIL, 2017).

A Base considera que é de extrema relevância no espaço escolar conhecer e valorizar as realidades da diversidade linguística existentes e analisar diferentes situações e atitudes humanas implicadas nos usos linguísticos, como o preconceito linguístico. Assunto dessa categoria, como o preconceito relacionado à linguagem, deve ser repensado nos espaços educacionais com o intuito de não desencadear em motivos de afastamentos e dificuldades no processo de alfabetização pelos alunos conforme já foi abordado neste artigo.

Contudo, o ensino nos dois primeiros anos do ensino fundamental demanda um trabalho pedagógico no espaço escolar voltado para os interesses manifestados pelas crianças, de suas vivências e através dessas vivências, as crianças possam ampliar as compreensões de si mesmo e do mundo em sua volta e das relações com os seres humanos (BRASIL, 2017). No entanto, as autoras Franco e Martins (2021) explicitam que, o conhecimento do cotidiano não deve ser descartado no ensino, porém não pode ser considerado como o centro do processo, mas como o ponto de partida.

Para o desenvolvimento dos aspectos da linguagem nas séries iniciais, a BNCC tem como proposta as perspectivas enunciativo-discursivas já existentes em outros documentos como os Parâmetros Curriculares Nacionais, e centraliza o “texto” como meio para trabalhar de forma relacionada, às situações em que foram produzidos, assim como o desenvolvimento de habilidades ao uso significativo da linguagem em atividades de leitura, escuta e produção de textos em vários meios de comunicação social e significações (BRASIL, 2017).

O autor Fiorin (2011) ao expor a respeito da concepção de Bakhtin, sobre a perspectiva discursiva, descreve que no desenvolvimento da leitura e escrita, aponta para a existência do contexto social de cada palavra e/ou textos. E que no momento da aprendizagem da língua oral e língua escrita, é importante relacionar as palavras e/ou textos às situações reais em que esses elementos textuais foram constituídos.

Entretanto, conforme sugere a BNCC, as habilidades descritas do componente curricular língua portuguesa denominada práticas de linguagens para o ensino fundamental nos anos iniciais, são separadas em eixos:

No eixo oralidade, aprofundam-se o conhecimento e o uso da língua oral, as características de interações discursivas e as estratégias de fala e escuta em intercâmbios orais; no eixo Análise Linguística/Semiótica, sistematiza-se a alfabetização, particularmente nos dois primeiros anos, e desenvolvem-se, ao longo dos três anos seguintes, a observação das regularidades e a análise do funcionamento da língua e de outras linguagens e seus efeitos nos discursos; no eixo Leitura/Escuta, amplia-se o letramento, por meio da progressiva incorporação de estratégias de leitura em textos de nível de complexidade crescente, assim como no eixo Produção de Textos, pela progressiva incorporação de estratégias de produção de textos de diferentes gêneros textuais (BRASIL, 2017, p. 87).

Dessa forma, o ensino da língua portuguesa nas séries iniciais, sobretudo nos 1º e 2º anos, é focalizado na oralidade, leitura e a escrita através da produção textual, construção do sistema alfabético e da ortografia e na compreensão de textos de diferentes gêneros, dentre outros objetos de conhecimentos, conforme está descrito na tabela abaixo.

Tabela: descrição sobre as práticas de linguagem e objetos de conhecimento do componente curricular Língua Portuguesa – 1º e 2º anos

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO
TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO	
Leitura/escuta (compartilhada e autônoma)	<ul style="list-style-type: none"> • Protocolos de leitura • Decodificação/Fluência de leitura • Formação de leitor
Escrita (compartilhada e autônoma)	<ul style="list-style-type: none"> • Correspondência fonema-grafema • Construção do sistema alfabético/ Convenções da escrita • Construção do sistema alfabético/ Estabelecimento de relações anafóricas na referência e construção da coesão

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO
TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO	
Análise linguística/semiótica (Alfabetização)	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento do alfabeto do português do Brasil • Construção do sistema alfabético • Construção do sistema alfabético e da ortografia
Análise linguística/semiótica (Alfabetização)	<ul style="list-style-type: none"> • Construção do sistema alfabético e da ortografia • Conhecimento do alfabeto do português do Brasil • Conhecimento das diversas grafias do alfabeto/Acentuação • Segmentação de palavras/Classificação de palavras por número de sílabas • Construção do sistema alfabético • Pontuação • Sinonímia e antonímia/Morfologia/Pontuação • Morfologia

Fonte: os autores, a partir dos dados disponíveis na BNCC.

A aplicação desses objetos de conhecimentos na prática pedagógica deve contribuir para que os estudantes venham desenvolver habilidades como: buscar, selecionar e ler textos de forma autônoma, escrever palavras e frases, distinguir as letras do alfabeto de outros sinais gráficos, identificarem fonemas e sua representação por letras, dentre outras habilidades. Para que isso ocorra é necessária a leitura de literaturas infantis orais e escritas e que sejam relacionados com a realidade do aluno.

Alfabetizar de acordo com a BNCC é trabalhar com o objetivo de assimilação pelo aluno, das propriedades ortográficas do português do Brasil escrito, compreendendo como acontece este processo, que é bem longo, de construção de uma gama de conhecimentos acerca do funcionamento fonológico da língua pelo educando. Para que isso ocorra, é necessário conhecer as relações fono-ortográficas, ou seja, as relações entre sons (fonemas) do português oral em suas diversidades e as letras (grafemas) do português escrito (BRASIL, 2017).

O processo de alfabetização de acordo com a BNCC deve ser o ponto central da ação pedagógica. Apesar da criança desde o início de sua existência vivenciar as diversas práticas letradas, é somente nos anos iniciais (1º e 2º anos) que se espera que ela seja alfabetizada. E de acordo com a BNCC no processo de alfabetização é preciso que:

Os estudantes conheçam o alfabeto e a mecânica da escrita/leitura – processos que visam a que alguém (se) torne alfabetizado, ou seja, consiga “codificar e decodificar” os sons da língua (fonemas) em material gráfico (grafemas ou letras), o que envolve o desenvolvimento de uma consciência fonológica (dos fonemas do Português do Brasil e de sua organização em segmentos sonoros maiores como sílabas e palavras) e o conhecimento do alfabeto do português do Brasil em seus vários formatos (letras imprensa e cursiva, maiúsculas e minúsculas), além do estabelecimento de relações grafofônicas entre esses dois sistemas de materialização da língua (BRASIL, 2017 p. p. 86-87).

Dessa forma, a BNCC defende a apropriação da escrita e da leitura pelo aluno através de metodologia fônica de modo que o aluno desenvolva a consciência fonológica, assim como adquirir o conhecimento do alfabeto em seus diversos formatos, e situar as relações entre a fala e a escrita (grafofônica). Nesse aspecto, o sistema de aquisição da língua escrita/oral é determinado quando o aluno consegue “codificar e decodificar” através do domínio da “mecânica” da leitura e da escrita. Embora a BNCC defenda a contextualização de textos e, a alfabetização propriamente dita, com a realidade do ambiente em que o aluno está inserido, concebe a alfabetização como forma de trabalhar com a assimilação pelo educando da compreensão dos conjuntos de conhecimentos fonológicos que envolvem a construção da língua escrita/oral.

Em síntese, conforme a BNCC as capacidades/habilidades envolvidas na alfabetização no processo de construção da língua escrita pela criança nos dois primeiros anos do ensino fundamental abrangem:

- diferenciar desenhos/grafismos (símbolos) de grafemas/letras (signos);
- desenvolver a capacidade de reconhecimento global de palavras (que chamamos de leitura “incidental”, como é o caso da leitura de logomarcas em rótulos), que será depois responsável pela fluência na leitura;
- construir o conhecimento do alfabeto da língua em questão;
- perceber quais sons se deve representar na escrita e como;
- construir a relação fonema-grafema: a percepção de que as letras estão representando certos sons da fala em contextos precisos;
- perceber a sílaba em sua variedade como contexto fonológico desta representação;

- até, finalmente, compreender o modo de relação entre fonemas e grafemas, em uma língua específica (BRASIL, 2017, p. 89).

Isso mostra que, nos dois primeiros anos do ensino fundamental a BNCC centraliza para a alfabetização dos alunos, as relações da fonologia, fonemas e grafemas, adotando de tal modo, o método fônico para aquisição da língua escrita. No processo de construção do conhecimento essas relações fonológicas dizem respeito às habilidades de (de)codificação do sistema de leitura e escrita.

Conforme defende Soares (2020), o processo de alfabetização deve conduzir o aluno à aprendizagem não de uma mera representação do verbal para o escrito ou do escrito para o verbal, mas conduzir à aprendizagem de uma peculiar relação fonemas-grafemas, de outro código, com especificidade morfológica e sintática em analogia ao código oral, autonomia de recursos de articulações textuais, assim como o uso de estratégias próprias de expressão e compreensão.

Entretanto, a BNCC propõe o desenvolvimento da aprendizagem e a ampliação das práticas de linguagens, assim como a concretização de aprendizagens anteriores pela articulação entre alfabetização e letramento:

Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos (BRASIL, 2017, p. 57).

Nos primeiros anos iniciais, visando contribuir para a ampliação das práticas de linguagem, de acordo com a Base o enfoque na assimilação do sistema alfabético é essencial e, além disso, é imprescindível que a escrita alfabética seja desenvolvida em articulação com aspectos da língua oral e escrita e a ligação desses conteúdos linguísticos com o letramento.

Apesar da BNCC não esboçar um conceito do que venha ser o letramento no processo de aprendizagem nas séries iniciais, sugere que este esteja ligado com a alfabetização na prática pedagógica. A BNCC destaca ainda, a utilização na prática escolar dos multiletramentos que envolve os aspectos do mundo digital e diferentes semioses e linguagens (verbal, visual, corporal, audiovisual).

Dessa maneira, a apropriação do letramento se dá pelo trabalho com a leitura, por intermédio do crescimento por incorporação de estratégias de leitura em textos de nível de complexidade crescente e de diferentes gêneros. Além de, na perspectiva de ampliar o letramento, o aumento da incorporação gradual das estratégias de produção de textos de diferentes gêneros textuais (BRASIL, 2017). Desse modo, na essência da leitura e escrita, Soares (2003) assinala que, “a criança aprende a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita”. Segundo a autora, a aprendizagem da leitura e da escrita é muito mais prazerosa e produtiva quando estas são desenvolvidas dentro de um contexto que fazem parte da vida do aluno e que o educando compreenda o que lê.

Portanto, alfabetização e letramento se entrelaçam e se relacionam e carecem ser trabalhados como processos interdependentes e simultâneos na prática pedagógica conforme defende a autora Soares. Além disso, é essencial no processo de ensino e aprendizagem, ao trabalhar no desenvolvimento da leitura e da escrita o desenvolvimento da oralidade faça parte também da ação pedagógica. E, relacionar todos esses conteúdos com a dinâmica social dos indivíduos, de maneira que os ensinamentos curriculares não se tornem dissociados das práticas sociais de cada indivíduo. Sobre esse contexto, Goulart (2019, p. 66) enfatiza que,

A cultura escrita se constitui, vinculada à cultura oral, como um plurilinguismo social, ou seja, múltiplas linguagens sociais e gêneros do discurso se inter-relacionam complexamente e formam novas teias de conhecimento, hipóteses, especulações.

Em consonância com essa abordagem o autor Raul Iturra (1997a) ao relatar sobre a oralidade e a escrita vem descrever que as linguagens formam “um conjunto de fatos que envolvem signos, símbolos, lembranças, atividades, afetividades, e, essencialmente, comunicação. Uma comunicação continuada, que mostra ao outro o quanto está presente em nós”. A respeito desse fenômeno que é a língua escrita, por desempenhar papel importante na formação linguística juntamente com comunicação oral, tem desempenho fundamental na construção social. Visto que, a língua escrita é processualmente construída pela interação e diálogo com o outro.

Ainda segundo Iturra (1997a), a língua escrita e a oralidade ocupam papel importante na construção social além de, fazer parte da expressão cultural de um povo. Por isso, o professor precisa planejar a sua prática pedagógica, visto que, a língua escrita e a língua oral fazem parte de um

contexto sociocultural dos indivíduos, e esses elementos precisam ser contemplados, sendo aspectos indispensáveis na sala de aula no processo de ensino/aprendizagem. No processo de assimilação da língua escrita é fundamental que o aluno aprenda os conteúdos ensinados, e não somente isto, mas entenda também o contexto e os sentidos de cada conteúdo. E que se torne apto a exercer a criticidade e competência para contribuir no ambiente social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos estudos realizados conclui-se que, a BNCC relaciona a alfabetização com o sistema de “codificar e decodificar” os fonemas e grafemas, na aquisição da leitura e da escrita contribuindo para que o aluno tenha o domínio da “mecânica” da língua oral e escrita e se torne alfabetizado. Entretanto, verifica-se que a alfabetização não se trata de um mero processo de (de)codificação, mas inclui a relação fonemas-grafemas e processo de expressão e compreensão de significados por intermédio da leitura e da escrita.

O letramento por sua vez na BNCC está relacionado ao contato da criança com as variadas práticas de leituras nos diversos contextos sociais e que na escola, primordialmente nas séries iniciais (1º e 2º anos), essas práticas serão consolidadas e ampliadas. Pode-se verificar nesse aspecto que a BNCC dar importância para levar em consideração os conhecimentos prévios que os alunos possuem no exercício da prática pedagógica. Mas não esboça o que de fato seria o letramento e o que seria um aluno letrado.

Constatou-se que a BNCC enfatiza que a alfabetização seja desenvolvida em articulação com as diversas práticas do letramento no processo de ensino e aprendizagem. E que isso é fundamental para a concretização da aprendizagem e que a criança se torne plenamente alfabetizada.

Enfim, verificou-se na BNCC o enfoque no desenvolvimento da linguagem adotando a perspectiva enunciativo-discursiva, buscando relacionar os conteúdos linguísticos às situações e contextos socioculturais em que os indivíduos estão inseridos. No entanto, é contraditório adotar essa perspectiva com um cenário de aceitação ao método fônico na obtenção do desenvolvimento da consciência fonológica no processo de aquisição da linguagem verbal e linguagem escrita. Isso mostra que a BNCC ao misturar a perspectiva discursiva e métodos tradicionais no processo de aprendizagem da língua escrita/oral demonstra uma fragmentação do trabalho com a alfabetização.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base nacional comum curricular – BNCC 3ª versão. Brasília, DF, 2017.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2011.

FRANCO. Adriana de Fátima, MARTINS. Lígia Márcia. **Palavra escrita: vida registrada em letras a alfabetização para além da Política Nacional de Alfabetização (PNA)**. [recurso digital]. Goiânia-GO: Editora Phillos Academy, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (coleção leitura).

_____. MACEDO, Donaldo. **Alfabetização leitura da palavra leitura de mundo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

GOULART, Cecília M. A. Alfabetização em perspectiva discursiva. A realidade discursiva da sala de aula como eixo do processo de ensino-aprendizagem da escrita. **Revista Brasileira De Alfabetização**, Belo Horizonte, v. 1, n. 9, p. 60-78, jan./jun. 2019.

HYPÓLITO, A. M. BNCC, Agenda Global e Formação Docente. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 25, p. 187-201, jan./mai. 2019.

ITURRA, Raul. **A oralidade e escrita na construção social**. Educação, Sociedade e Cultura. Porto: Afrontamento nº 8, p. 7-20, 1997a.

MORTATTI, M. R. L. História dos métodos de alfabetização no Brasil. In: SEMINÁRIO ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO EM DEBATE, 2006, Brasília, DF. **Conferência** [...]. Brasília, DF: Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, 2006.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

_____. **Português: uma proposta para o letramento no ensino fundamental**. Livro 2. São Paulo: Moderna, 1999.

_____. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. UFMG: **Revista Brasileira de Educação**, nº 162, p. 5-17, 2003. Disponível em:< <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/89tX3SGw5G4dNwDHRkRrZk/?format=pdf>>. Acesso em 10 Janeiro de 2022.

SILVA, Aldenize Melo da. **O PNAIC e a educação do campo: um olhar sobre a formação continuada de professores de escolas do meio rural em Castanhal-Pa**. Castanhal, 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Pedagogia, Universidade Federal do Pará.